

AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM ANGOLA: RESISTÊNCIAS, CONFLITOS E PERSPECTIVAS

*Elizabeth Ceita Vera Cruz**

Resumo: Este texto tem como objectivo traçar um quadro sinóptico sobre e, do percurso das ciências sociais em Angola, nos últimos 25 anos.

Palavras-chave: Ideologia, Literatura, Independência, Guerra, Pobreza, Desenvolvimento, Conhecimento, Ciências sociais e Políticas sociais.

I - Introdução

Ao partirmos deste universal pressuposto que faz da realidade social o objecto por excelência das ciências sociais como defende Gurvitch, começamos esta comunicação com uma conclusão: é a de que resistências e conflitos são (a) panaceia científica, mormente desta área – as ciências sociais – em que o humano é sujeito e objecto de análise.

A história das ciências sociais e humanas, não obstante os seus avanços e conquistas – ou talvez por isso mesmo –, tem sido um não acabar de resistências, resistências essas que configuram e plasmam as sociedades em que as mesmas têm conquistado espaços, (a)firmado e despontado saberes, anunciado futuros. Têm as ciências sociais sido, também elas, timoneiras da paz, sinaleiras permanentes através do seu papel de inventariadoras do mal estar social, não se esgotando aí a sua importância, pois às ciências sociais cabe a interpretação da realidade social, qualquer que seja ela. Elas têm funcionado de algum modo como barómetros, pois os seus avanços e/ou recuos reflectem as sociedades em que buscam afirmar-se, as áreas de investigação, de interesse, de estudo, são matéria elas próprias de maior ou menor análise, mercê dos modelos de sociedade vigentes, e portanto, dos maiores ou menores constrangimentos, da maior ou menor funcionalidade do estado, da administração, das universidades e da sociedade civil. É por tudo isso, e pelo que vamos expor mais adiante, que a abordagem da problemática das ciências sociais em Angola surgiu como um desafio, mas também como uma necessidade, uma imposição. Porquê? Tentar compreender a especificidade angolana – no que é possível num trabalho de natureza necessariamente sumária – e as perspectivas que se apresentam, é o objectivo desta comunicação.

A literatura na Angola independente e caminhando para uma forma superior de organização social – o Socialismo –, tem de, necessariamente, reflectir esta nova situação.

Agostinho Neto, 1977

* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

1 – A INDEPENDÊNCIA

(Resistências)

Começamos o nosso périplo angolano, ao sabor da revolução. As ciências sociais então incipientes (Gonçalves, 1992), cujos trabalhos sobretudo na área da etnografia e da geografia humana visavam contribuir para o desenvolvimento do colonialismo (científico), – isto é, conhecer para melhor dominar, não sem esta outra característica folclorística (na esteira do exotismo) – rapidamente cedem lugar a uma militância galvanizante e desenfreada. Construir o/um homem novo era a palavra de ordem, e de Cabinda ao Cunene como então se dizia, o povo angolano passou a ter novo credo¹ na boca: o dos vivas e dos abaixos. Esta galvanização de toda a sociedade, temperada com o esforço de guerra que logo-logo se começou a viver, aliada à partida da esmagadora maioria dos indivíduos brancos residentes e/ou nascidos em Angola² – o esteio da administração da então província de Angola – fizeram ruir os alicerces que sustentavam a administração do território. A partir de 1974 e até meados da década de oitenta, só a literatura e a história tiveram alguma (pouca) produção visível. As suas características eram compreensivelmente exaltadoras, já que, é preciso não esquecer que se viveu sob um regime de partido único até 1992. Contudo, é possível entrever-se algumas análises sociológicas em best-sellers como *Quem me dera ser onda* de Manuel Rui, *O Cão e os Caluandas* e *Crónica de um Mujimbo* de Pepetela.

Neste quadro, o escritor mais profícuo – também ele docente na área das ciências sociais – tem sido Pepetela, que tem abordado a contemporaneidade angolana – veja-se o seu último livro *A Montanha da Água Lilás* – mais precisamente a luandense, através de quadros pictóricos que são verdadeiras abordagens sociológicas da realidade angolana. Ficção e realidade irmanam-se, naqueles que têm sido verdadeiros ensaios sobre as gentes e a sociedade angolana do pós-independência. Quanto à história, se num primeiro momento buscou (os) heróis como Nzinga Mbandi reclamando e buscando assim a “autenticidade” – nome pelo qual ficou conhecido um movimento de desassimilação das gentes e cujo traço visível, pelo menos para o exterior está no trajar –, sublinhando a existência de uma história angolana que seria de resistência à ocupação portuguesa, resgatando e glorificando Angola e os angolanos³. Quaisquer outras abordagens entretanto feitas centram-se no passado, cabendo ao colonialismo e à colonização uma boa parcela destes estudos. Pode constatar-se que, sobre a contemporaneidade angolana, pouco ou nada há a acrescentar, excepto alguns trabalhos na área económica que corresponderam em meados dos anos 80 a um programa falhado de redimensionamento económico⁴.

A ideologia como estrutura essencial à vida e na história das sociedades é a perspectiva Althusseriana que contraria o anúncio do fim das ideologias, que tem sido a caixa de ressonância da globalização de que muito se fala e poucos sabem o que é, ou mesmo quem é. Esta afirmação é preciosa para compreendermos o presente caso: é que o facto de se viver num país profunda e politicamente ideologizado, pode simplesmente traduzir-se na ausência de investigação (real); e/ou muitas vezes algumas das investigações levadas a cabo acabarem travestidas, não sendo mais do que simples propaganda do e ao regime, funcionando como movimentos messiânico-culturais⁵. É

¹ Os credos, também eles, obedecem a conjunturas. Actualmente assiste-se a um novo credo que concorre para a esperança e salvação dos velhos e novos crentes. Esta onda de “revivalismo” que se vive um pouco por todo o lado através do dogma da fé, da esperança no amanhã, na impotência e consequente entrega a outro ente do seu destino, domina os angolanos.

² O Relatório do Desenvolvimento Humano em Angola, 1997, elaborado pelo PNUD, cifra em 340 000 e 80 000 o número de portugueses e angolanos respectivamente que saíram de Angola entre 1974 e 1975.

³ Mais tarde a sua abordagem e temática evoluíram para trabalhos de natureza científica, como são alguns dos que se fazem hoje: ainda e (quase) sempre sobre o passado, mas com acento desmistificador. Presentemente, são as estatísticas o (único) grande acervo documental de que o estado dispõe para a elaboração (?) das suas políticas.

⁴ É evidente que nas áreas da literatura, história, economia e mesmo sociologia, há nomes que poderiam aqui ser referidos. Optou-se por não fazê-lo e ficamo-nos por alguns ficcionistas, mesmo porque é esta a dimensão que se pretende sublinhar e onde se pode observar o papel da literatura numa sociedade “não democrática”, do mesmo modo que hoje são os meios de comunicação social que estão a tornar visível os males sociais.

Ainda sobre estudos e trabalhos realizados no pós-independência, não podíamos deixar de referir algumas estatísticas realizadas a pedido de algumas instituições estatais, como referimos na nota anterior.

⁵ A Escola Superior do Partido que tinha como linha orientadora o marxismo-leninismo, tinha talvez por isso mesmo o pelouro das Ciências Sociais. Entre 1980-1987, muitos foram aqueles que se formaram nesta instituição e que hoje ocupam lugares cimeiros na hierarquia do partido (MPLA) e do estado angolano.

importante dizer que apesar de algumas fracturas – exemplo disso é a tentativa de golpe de estado de 27 de Maio de 1977, vulgo *fraccionismo* –, a causa revolucionária continuou militantemente até quase finais da década de 90 – entenda-se, não com o fervor dos anos 70, mas a vida corria sem grandes sobressaltos, excepto para aqueles que sempre estiveram debaixo de fogo.

Ao longo de duas décadas, a ideologia constituiu o eixo em torno do qual se construiu a nação angolana – atente-se na citação acima transcrita do então presidente Agostinho Neto –, se traçaram percursos, percorreram caminhos, cumpriu-se a utopia. Fora deste quadro, nada mais existia – tal o ensimesmamento que uma ideologia centralizadora, de sentido único e veiculadora do discurso da igualdade e fraternidade fez emergir. E a verdade é que não são tão poucas as pessoas que defendem que este foi seguramente um tempo que bem poderia ter continuado, pois os males (sociais, económicos e outros) só surgem com o dealbar deste tempo (finais da década de 80), que Manuel Rui radiografa em *Quem me dera Onda*, um clássico da literatura angolana que faz um retrato das mudanças ocorridas em Angola (mais precisamente Luanda) com a independência.

1.1 - 1992 : O ano do armistício

(Conflitos)

Um novo alento percorre Angola. Entre 1991-1992, sucedem-se as manifestações de júbilo com o anúncio do fim da guerra. Mas se 1992 foi o ano de todas as esperanças, marca também o ano da destruição maciça das gentes e do país. É também o ano que marca a viragem formal e institucional do regime de partido único para o multipartidarismo, também conhecido como regime democrático, inaugurando um novo período na história de Angola: das dúvidas – do socialismo –, passou-se às dúvidas – do capitalismo – (Mia Couto, 2000), e uma vez mais socorro-me da literatura para ilustrar a transição angolana, afinal não muito diferente da moçambicana. A economia de mercado que então emerge, tem um fiel aliado: a corrupção que passa a dominar o estado democrático saído das eleições de 1992, como passa a ser conhecida a República de Angola.

Com este pano de fundo, Angola atravessa os anos 90 em crise profunda, num estado de coma cujos efeitos ainda se fazem sentir hoje. Os grupos sociais que se foram reproduzindo e emergindo, cedo deram lugar a uma crise de valores sem precedentes – valores morais, éticos – e, como consequência, a ausência de perspectivas num país em que só se manda, não se governa (Mia Couto, 2000). As produções culturais espelham as opções do país, já que uma verdadeira política educativa continua ausente da governação. Em seu lugar assiste-se à tentativa de mostrar Angola como país normal, sendo o exemplo mais flagrante a promoção de concursos como o de(as) misses.

2 - DESENVOLVIMENTO HUMANO *VERSUS* CIÊNCIAS SOCIAIS

Os sucessivos Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para Angola, dão conta da importância da guerra como factor desestabilizador, bem assim da relação entre a guerra e a pobreza e das políticas económicas a todos os títulos ineficazes – a realidade ultrapassa de longe a ficção. Não sendo novidade para ninguém muitos das informações e dados neles disponíveis, estes relatórios têm porém o elemento investigação científica na base dos mesmos. Como o próprio nome indica, são estudos feitos por especialistas de vários quadrantes, nacionais e estrangeiros nos últimos três anos, um trabalho isento que põe a nu os problemas estruturais de Angola, sector por sector. No presente caso vamos ater-nos ao Orçamento Geral do Estado que dá conta da gestão dos recursos financeiros do país para sectores vitais como a educação e a saúde.

É possível ler-se nos mesmos que no período entre 1992-1996, a distribuição mais do que desigual dos recursos do governo foi-se acentuando ao longo dos anos, sendo a média percentual a seguinte: para a educação 4,8%; para a saúde 3,9%; e para a defesa e ordem pública 33,8%⁵. Mas é evidente que se a guerra tem sido (considerada) factor determinante para a situação de crise que o país vive, não é menos verdade que a mesma tem sido panegírica do discurso e das práticas político-governamentais, dominando o espectro social e económico angolano. Isto é, a guerra tem sido *leit motiv* que justifica a inércia, a acefalia, os desmandos de um sistema que

continua a pautar a sua acção a partir (ainda) de um estudo onde a oposição está enfeudada, e é vassala da centralização do(s) poder(es). A ausência de estudos, de trabalhos respeitantes aos problemas que afligem as populações é sintomático da situação dramática em que vivem as gentes. Uma vez mais, a inexistência de uma comunidade científica, de um centro de estudos e investigação faz-se sentir porque as instituições e assim as próprias ciências (sociais, no caso) continuam submetidas ao poder político – não existindo autonomia por parte das instituições e dos seus investigadores, naturalmente que é a própria investigação e o futuro das gentes que está, fica e se mantêm penhorados. Acontece que, só é possível fazer-se um trabalho por exemplo nas áreas da sociologia e da antropologia urbana, se e quando o espectro do poder político não interfere com a investigação de molde a que essa mesma investigação seja isenta, rigorosa, numa palavra, científica. Só é possível quando o poder político consegue coabitar com os cientistas e com a investigação por eles levada a cabo, quando o objectivo do poder político não seja contrário ao dos cientistas, quando escamotear não seja o objectivo desse mesmo poder.

Diz o Prof. Magalhães Godinho que as ciências humanas, «em múltiplas combinações, concertam-se na organização das empresas como na acomodação do espaço (seja urbano seja rural), no traçado da acção pedagógica na escola como no do aproveitamento dos ócios, na orientação dos indivíduos para as várias carreiras como no melhor rendimento do seu trabalho, no planeamento de políticas globais como na reintegração do alienado na sociedade ou na assistência personalizada, na reforma dos serviços públicos como na determinação de mercados para as actividades privadas (...). Nada do que é humano escapa hoje às aplicações das ciências humanas, que como as ciências físico-biológicas vão criando *dados* graças a uma operatoriedade que integra a transformação no conhecimento» (Godinho, 1981:11). Ora, tal como refere Magalhães Godinho, mas também Sousa Santos, Foucault, Morin entre tantos outros, as ciências sociais e humanas atravessam todos os sectores da vida humana. Não faz por isso sentido a distinção ciências sociais/ciências naturais, na medida em que ambas se inscrevem na totalidade que constitui e institui o conhecimento. Assim, pode facilmente compreender-se quão despojada se encontra a sociedade angolana, já que só (com) as ciências sociais será possível edificar uma nova sociedade, isto é, uma sociedade onde a justiça não seja uma palavra vã. Para haver justiça social, importa que haja desenvolvimento paritário, desenvolvimento esse cuja matriz continua a ser e a estar na instrução, na educação, no ensino – um ensino pluri e multidisciplinar.

Ora, se é em torno de e do conhecimento que gira toda esta problemática, importa reflectir sobre o papel das ciências sociais e humanas no quadro de uma Angola que se pretende seja uma sociedade democrática e desenvolvida.

2.1 – ANGOLA NO LIMIAR DO SÉC. XXI (Perspectivas)

O elogio da ciência não pretende fazer desta o *ethos* da sociedade pós-industrial, como refere Bell comentando o risco de a mesma se transformar na sua ideologia. Pretende sim, organizar e atribuir ao *ethos* científico, as características preconizadas por Merton, a saber: universalismo, comunalismo, desinteresse e cepticismo organizado. Em última análise, estas características correspondem a valores científicos e respectiva comunidade, tendo como objectivo servir as pessoas, os cidadãos. Deste modo, são os cidadãos os únicos beneficiários de uma política científica que faça parceria com as políticas governamentais, conservando naturalmente a sua independência. Para isso, importa que em Angola se elejam e privilegiem políticas de concertação social e em que a prioridade seja o combate à pobreza e à má distribuição da riqueza. Relativamente à educação, pode começar-se já pela concessão de autonomia à Universidade Agostinho Neto com verba própria, pela sua reestruturação, pelo seu normal funcionamento e pela criação de um centro de estudos e de investigação afecto à mesma; só depois terá sentido pensar-se na criação de mais uma universidade pública ⁶.

⁶ Já no âmbito da revisão deste texto, tomei conhecimento que o Conselho de Ministros (angolano) terá aprovado o «Estatuto do Investigador Científico». Infelizmente, na ausência de mais elementos, não é possível avançar com quaisquer comentários relativamente ao assunto.

No que diz respeito à criação de mais uma Universidade Pública, fala-se na Universidade Nova de Angola.

É por demais evidente que tudo passa por mudanças estruturais, e é igualmente evidente que acima de tudo o que está em causa é a dignidade humana. Ter presente os Relatórios do Desenvolvimento Humano para Angola que define desenvolvimento humano como “ um processo de alargamento das opções dos indivíduos e populações e a permanente elevação do seu nível de bem-estar. As escolhas mais elementares para o desenvolvimento humano são: uma longa e saudável vida; aquisição de conhecimentos e acesso aos recursos necessários a um padrão de vida adequado”⁷, pode ser um bom ponto de partida.

Para terminar, algumas sugestões de estudos a realizar a breve trecho:

- para além da vertente meninos de rua, meninos na rua⁸, entender a razão por que os meninos de rua quando postos em centros de apoio, fogem dos mesmos voltando à situação original;
- compreender e interpretar fenómeno idêntico relativamente aos desmobilizados;
- a dificuldade de inserção dos quadros (sobretudo os que se formaram no exterior do país) na vida activa;
- como se vêem os quadros angolanos no interior do país e os que se encontram no exterior (e vice-versa) e, claro está, as causas desta visão;
- o fenómeno religioso nesta última década;
- que escola para o 3º milénio?
- a(s) mulher(es) no/do espaço urbano e rural: situação social, profissional, económica e cultural;
- trabalhar conjuntamente com organismos estatais com vista à planificação de (verdadeiras, reais e exequíveis) políticas sociais.

Estas algumas interrogações que levantam tantas outras, é verdade. Mas a ciência existe exactamente para levantar questões, tentar responder às mesmas que, por sua vez, vão dar lugar a outras tantas. De Angola e para Angola, um novo mundo se abre. Basta que não se queira enriquecer sem trabalhar (Mia Couto, 2000).

BIBLIOGRAFIA

COUTO, Mia. *O Último Voo do Flamingo*, Ed. Caminho, SA., Lisboa, 2000

GODINHO, Vitorino Magalhães. *As Ciências Humanas: Ensino e Investigação Científica em Portugal – Algumas achegas preliminares*, SPCHS, Lisboa, 1981

GONÇALVES, José. «As Ciências Sociais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe», in *Ciências Sociais em África – Alguns Projectos de Investigação*, CODESRIA, Dacar, 1992

LAUWE, Paul-Henry C. de. *La Culture et le Pouvoir – Transformations Sociales et Expressions Novatrices*, Éd. L'Harmattan, Paris, 1983

PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano – Angola*, 1997, 1998, 1999.

PNUD, *Políticas de Redução da Pobreza, procurando a Equidade e a Eficiência*, Luanda-Angola, 2000

⁷ Relatório correspondente ao ano de 1999.

⁸ Distinção que a antropóloga moçambicana Ana Maria Loforte faz num trabalho que levou a cabo a partir da realidade moçambicana.

